

# MINUTA DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL 10 MAI 2015

Reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda de dia 10/05/2015, que teve início às 11, 30 horas com a votação da constituição da Mesa da Mesa Nacional, tendo por elementos Rui Costa, José Soeiro e Ana Massas que foi aprovada por unanimidade.

Teve como Ordem de Trabalhos, os pontos que se seguem:

- 1- Situação Política;
- 2- Debate e aprovação dos grandes eixos para as Eleições Legislativas;
- 3- Propostas dos Grupos de Trabalho:
  - Finanças;
  - Funcionários;
  - Referendos;
  - Departamento Internacional.

Foi aprovada, por maioria, a fusão dos pontos um e dois da ordem de trabalhos, que foram discutidos conjuntamente.

Em momento prévio à Ordem de Trabalhos foi ratificada, por maioria, a reinscrição de um militante do Bloco de Esquerda, por proposta da Coordenadora Concelhia de Oeiras.

No primeiro ponto (incluindo agora o segundo ponto da ordem de trabalhos) foram efectuadas 33 intervenções e tendo sido apresentadas várias propostas (algumas delas aceites) para alteração das datas, do formato, dos temas e da realização de Plenários Distritais para a continuação da constituição do programa do BE às Legislativas.

O Regimento para a III Conferência Nacional do BE com as alterações aceites foi aprovado por maioria.

O Projecto de Resolução da Mesa Nacional, foi aprovado por maioria com 4 votos contra e 5 abstenções, tendo os camaradas Irina Castro, Carlos Carujo, João Carlos e Nuno Moniz apresentado a declaração de voto em anexo.

No ponto três por nenhum dos grupos de trabalho ter nada a apresentar de relevante, a Mesa Nacional deliberou, por maioria, prorrogar o mandato de todos os seus elementos até ao dia 05/06/2015, data da próxima reunião da Mesa Nacional.

A Comissão de Direitos, para além da ordem de trabalhos, propôs a Criação de uma Comissão de Inquérito para a análise e resolução de um problema existente nas eleições Concelhias de Matosinhos, proposta que foi aprovada por maioria.

Para o efeito foi apresentada uma lista integrando os ca-

maradas Ana Massas, Pedro Soares e Rui Costa, que foi eleita por escrutínio voto secreto, obtendo 58 votos a favor, 1 nulo e 6 brancos.

Não havendo mais nada a acrescentar, foi dada por terminada a respectiva reunião, da qual se lavrou a presente minuta.

## **Anexo:** **Declaração de voto na Mesa Nacional de 10-05-2015 sobre os «grandes eixos programáticos» e regulamento da Conferência**

Opusemo-nos à resolução sobre «grandes eixos para a campanha legislativa» porque este texto não é um bom ponto de partida para a construção de um programa que se espera seja participativa e para uma campanha eleitoral que necessita ser mobilizadora.

Este foi um texto apresentado na véspera da discussão, o que desrespeita os prazos fixados pela própria Mesa Nacional, não permitindo assim a análise e decisão ponderada que o seu carácter e o momento político actual exigem. Aliás, um texto de véspera inibe a possibilidade de debate profundo e construção democrática de alternativas, contributos, emendas.

A lógica do texto é limitativa: a austeridade surge enquanto entidade abstracta apenas no plano nacional, sem se referir sequer o projecto europeu, o TTIP e a alternativa grega, já para não falar de todo o resto deste mundo de guerras, nacionalismos, violências. Contudo, o massacre dos migrantes não pode passar ao largo desta campanha eleitoral.

A lógica do texto é também ultra-defensiva: partindo do imaginário de «defender o país» apresenta-se uma narrativa que nunca antes teve este destaque no Bloco de apelo a uma «reconstrução nacional» que ignora as dominações do passado recente e não prepara as batalhas futuras contra os donos de Portugal, aplanando no discurso as diferenças sociais e respectivos projectos políticos.

Este texto assenta sobre a tese central inédita de que «o Estado Social é o primeiro motor de desenvolvimento do país», desistindo de pensar um modelo de desenvolvimento sustentável alternativo à gestão capitalista.

Opusemo-nos a este texto porque a estratégia de saída para a crise, estilizada no slogan de «desobediência às instituições europeias» persiste na falta de clareza sobre a questão da moeda única, no que diz respeito ao significado do que seja uma «renegociação da dívida» e às consequências da rejeição do tratado orçamental.

Defendemos um calendário alternativo de construção do programa porque as pseudo-prioridades mediáticas

não podem inverter o processo, porque não saíramos a ganhar com uma conferência apressada marcada por um estilo confrontacional que descartava rapidamente contributos sem a tentativa de construção de consensos.

Ao invés, considerámos que era urgente um processo intensivo em que se conjugassem desde já três níveis de discussão: através da plataforma online aberta à população em geral, através de discussões de proximidade nos vários distritos, partindo do âmbito temático através do encontro de activistas sociais, especialistas e aderentes do BE em grupos de trabalho abertos e inclusivos. Nesta perspectiva, uma Assembleia-síntese, e não uma Conferência aparentada de Convenção, culminaria o processo de discussão antes da decisão final da Mesa Nacional.

*Irina Castro, Carlos Carujo, João Carlos, Nuno Moniz*